



Caderno Técnico

VOLUME 3: PLANO DE MITIGAÇÃO DE IMPACTOS FUNDIÁRIOS EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO.

Secretaria de Educação Básica
Ministério da Educação
setembro/2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Victor Godoy Veiga

SECRETARIA EXECUTIVA

José de Castro Barreto Júnior

Sylvia Cristina Toledo Gouveia

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Mauro Luiz Rabelo

Helber Ricardo Vieira

DIRETORIA DE POLÍTICAS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Myrian Caldeira Sartori

COORDENAÇÃO-GERAL DE ENSINO MÉDIO

Fernando Wirthmann Ferreira

José Ricardo Albernaz Lima

Adriana Andres

Patrícia Soares de Oliveira

Juliana Rocha de Brito

Helena Maria Tonet

UNIDADE DE GESTÃO DE PROJETOS

Viviane Ramos da Costa

Anne Caroline Costa Resende

Tiago Perfeito Santana

Graziela C. Martins de Mello

Filipy Henrique Bonfim Andrade

Alexandre Hamilton Oliveira

Diogo Mussalem Smethust

Kym Kanatto Gomes Melo

Helanio Gomes Rocha

Andrea F. Borges de Oliveira

João Lucas Lopes Miacci

Nilcea Moreno Silva

Magda Mônica Pereira da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica

Caderno técnico : volume 3 [livro eletrônico] :

Plano de mitigação de impactos fundiários em escolas de ensino médio / [coordenação Fernando Wirthmann Ferreira]. - -1. ed. - - Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2022.

PDF.

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-85-7783-283-5

1. Educação 2. Ensino médio - Brasil 3. Escolas – Administração 4. Legislação fundiária urbana 5. Levantamento socioambientais 6. Projetos socioambientais 7. Regularização fundiária urbana I. Ferreira, Fernando Wirthmann. II. Título

22-139439

CDD-379. 81

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação ambiental : Ensino médio 379.81

Aline Grazielle Benitez– Bibliotecária – CRB – 1/3129

Sumário

04 Apresentação	05 Marcos Legais e Regulatórios	06 Justificativa	07 Importância da Regularização Fundiária	08 Importância Gerencial
09 Importância Social e Ambiental	10 Importância Documental	11 Objetivo	12 Conceitos	16 Metodologia
19 Ações para Gestão de Risco	20 Riscos	40 Conclusão	41 Agradecimentos	42 Referências

Apresentação

Este documento visa ao atendimento da ação nº 9 do *Environmental and Social System Assessment – ESSA*, que faz parte do Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio, prevista *Project Appraisal Document – PAD* do Acordo de Empréstimo nº 8812-BR e 8813-BR, referente à Implementação do Novo Ensino Médio, tendo a seguinte ação como foco de alcance de objetivos socioambientais:

“Varredura da situação fundiária das escolas participantes do Programa de Fomento à Expansão do Ensino Médio em Tempo Integral e elaboração de Plano de Mitigação de Impactos adversos relacionados à aquisição de terrenos nos casos de identificação de não conformidades.”

Intitulado de Plano de Mitigação de Impactos Fundiários, este documento técnico apresenta informações acerca da análise e discussão dos dados obtidos por meio da aplicação da Pesquisa Socioambiental da Situação Fundiária no âmbito das escolas do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI).

Para a identificação de riscos, objetivando a elaboração deste plano, considera-se (PMI, 2021) que "Risco" é um evento ou condição incerta que, se ocorrer, provocará um efeito positivo ou negativo em um ou mais objetivos do projeto, devendo ser gerenciado ao longo da implementação do projeto e/ou iniciativa.

O gerenciamento dos riscos do projeto inclui os processos de condução do planejamento, da identificação, da análise, do planejamento das respostas, da implementação das respostas e do monitoramento dos riscos em um projeto. O gerenciamento dos riscos do projeto tem por objetivo aumentar a probabilidade e/ou impacto dos riscos positivos e diminuir a probabilidade e/ou impacto dos riscos negativos, a fim de otimizar as chances de sucesso do projeto.



Marcos Legais

A legislação vigente, para a temática fundiária em escolas, está embasada nos marcos legais abaixo pontuados, sendo:

- Constituição Federal art. 205, de 05/10/1988, referente ao **direito de todos e dever quanto à Educação**;
- Portaria MEC nº 2.116 de 06/12/2019, que estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o **Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI**, em conformidade com a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017;
- Lei Federal nº 13.465, de 11/07/2017, que dispõe sobre a **regularização fundiária rural e urbana**, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal;
- Parecer 00021/2021/GAB/PFE-FUNAI-PAS/PGF/AGU, de 27/10/2021, referente ao encaminhamento à Procuradoria Federal Especializada, para que sejam produzidas outras orientações/considerações, para que o município de José Boiteux/SC possa obter a **autorização da construção de escola na TI Laklãnõ**;
- Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 15, de 18/05/2018, que dispõe sobre as **atividades ou empreendimentos de iniciativa dos povos indígenas** em suas próprias terras, ou de iniciativa do Poder Público em terras indígenas cujos beneficiários são as comunidades indígenas, não sujeitos ao licenciamento ambiental;
- Resolução/CD/FNDE nº 10, de 28/03/2006, que estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar aos **projetos educacionais no âmbito da educação escolar indígena**, em 2006;
- Instrução Normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nº 107, de 18/10/2021, que define critérios e procedimentos administrativos para **destinação de bens públicos, imóveis existentes em Projetos de Assentamento de reforma agrária**, sob o domínio do Incra ou da União.
- Decreto Federal nº 4.887, de 20/11/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das **terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos** de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- Legislações, no âmbito da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), referente a **Contratos da Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU)**; e
- Legislações estaduais e distrital **específicas quanto a questões fundiárias**.

Justificativa

A regularização fundiária é um requisito legal brasileiro, tratado pela Lei Federal nº 13.465, de 11/07/2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, que institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União.

Adicionalmente, a pesquisa, bem como a elaboração deste Plano de Mitigação de Impactos Fundiários, visam cumprir o previsto nas diretrizes socioambientais do Banco Mundial, com base na salvaguarda de nº 5, que aborda a “Aquisição de terras, restrições ao uso da terra e reassentamento involuntário”, bem como a ação nº 9 do ESSA de realizar a “Varredura da situação fundiária das escolas participantes do Programa de Fomento à Expansão do Ensino Médio em Tempo Integral e elaboração de plano de mitigação de impactos adversos relacionados à aquisição de terrenos nos casos de identificação de não conformidades”.

Sendo assim, a questão fundiária abarca riscos técnicos, administrativos, financeiros e jurídicos relacionados ao direito de uso da terra, bem como o investimento de recursos públicos em unidades escolares. A questão fica mais fragilizada em escolas de baixo Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse), deixando-as expostas a riscos legais que enfraquecem a segurança do imóvel, por conseguinte, dos serviços educacionais ofertados em unidades escolares com irregularidades fundiárias.



Importância da Regularização Fundiária

Conforme apresentado nos requisitos legais, em suas diferentes instâncias e abordagens, a regularização fundiária é algo fundamental para a segurança do território, da infraestrutura e daqueles que usufruem, direta e indiretamente, dos serviços prestados pela instituição que faz uso daquele espaço.

Seja em área urbana, rural, indígena, quilombola, assentamento, dentre outros, o território é regido por leis, normas e regulamentos que sistematizam seu uso, sendo necessário ter comprovações legais de que o usuário tem os direitos e deveres pelo imóvel.

Conforme previsto no art. 205 da Constituição Federal de 1988, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Contudo, a segurança fundiária é um assunto sensível, por envolver fatores administrativos, jurídicos e financeiros, exposta a questões contratuais, ambientais e sociais diante de variáveis externas que impactam, ou possam impactar em algum momento, o funcionamento da escola, e por conseguinte, a plena prestação de serviços educacionais públicos à sociedade.

Para tratar das importâncias relacionadas à necessidade de investir esforços, pela esfera estadual ou distrital, para a regularização fundiária de escolas, é essencial compreender as importâncias específicas em diferentes óticas, tendo sempre o território como centro da avaliação.

Sendo assim, as principais óticas de importâncias na regularização fundiária, apresentadas com mais detalhes nas páginas seguintes, são:

- Gerencial;
- Social e Ambiental; e
- Documental.

Importância Gerencial

Gerencialmente, a situação fundiária tem relação direta com a segurança da prestação permanente de serviços educacionais, sob a ótica organizacional e gerencial, contemplando:

- Segurança administrativa;
- Relacionamento entre escola e SEE; e
- Estratégias fundiárias para solucionar lacunas gerenciais.

A segurança administrativa se refere à situação de "não fragilidade", quanto ao enquadramento de regularidade fundiária, podendo ser causada pela falta de informações; não acesso a documentos legais; não existência de comprovações de atendimento de obrigações legais; não geração e armazenamento de evidências; dentre outras que afetam a garantia da segurança administrativa para a contínua prestação de serviços educacionais no imóvel em que a escola funciona.

O relacionamento entre escola e Secretaria Estadual ou Distrital de Educação (SEE) se refere ao acesso a documentos legais oficiais, e atualizados, referentes às questões fundiárias da escola, uma vez que as atribuições administrativas do terreno e imóvel, onde a escola está em funcionamento, é de responsabilidade da SEE, quando a unidade escolar for estadual ou distrital.

As estratégias fundiárias para solucionar lacunas gerenciais se referem às questões de responsabilidade da própria escola, estando diretamente ligadas ao dia a dia do funcionamento escolar, como é o caso do cumprimento de condicionantes e requisitos da licença de funcionamento; da licença ambiental; da vigilância sanitária; dos bombeiros; da polícia; da secretaria de saúde; bem como das recomendações e obrigações estabelecidas pela própria secretaria de educação municipal e estadual.



Importância Social e Ambiental

Social e ambientalmente, a situação fundiária tem relação direta com a segurança da prestação permanente de serviços educacionais, sob a ótica legal de relação com as pessoas e ambiente, contemplando:

- Segurança física da infraestrutura;
- Obtenção de licenças ambientais; e
- Atendimento a requisitos legais socioambientais.

A segurança física da infraestrutura se refere às atividades de manutenção preventiva (antes da ocorrência de problemas), bem como de manutenção corretiva (para o solucionamento de problemas) da infraestrutura escolar. A segurança física está relacionada aos aspectos estruturais: hidráulica (água e esgoto), elétrica, acessibilidade, equipamentos e instalações de combate a incêndios, piso, telhado, cercamento, dentre outras instalações existentes nas escolas.

A obtenção de licenças ambientais se refere aos processos, sendo estes prévios, durante ou posterior à implantação da infraestrutura escolar, com a devida obtenção de documento formal para seu funcionamento, garantindo o cumprimento de condicionantes relacionadas a água; esgoto; uso do solo; construção e reforma de edificações; poluição (ar, solo, água e visual); mobilidade; acessibilidade; dentre outros.

O atendimento a requisitos legais socioambientais se refere a obrigações relacionadas à segurança da comunidade escolar, bem como daqueles que estão convivendo no entorno da escola, abrangendo a área de influência direta e indireta de sua localização, tendo em vista as obrigações diante do zoneamento urbanístico e atividades realizadas na escola, resguardando a segurança de todos.



Importância Documental

Documentalmente, a situação fundiária tem relação direta com a segurança da prestação permanente de serviços educacionais, sob a ótica de instrumentos legais oficiais, contemplando:

- Histórico fundiário;
- Identificação de gargalos; e
- Atualização instrumental.

O histórico fundiário se refere à contínua atualização documental, bem como ao resgate histórico de arquivos e documentos que validam e asseguram o funcionamento da escola dentro dos requisitos legais fundiários. Seja por direito de posse, doação, concessão, propriedade pública ou aluguel, o usuário daquele imóvel precisa ter em mãos a documentação necessária para comprovar o regular funcionamento da escola no território.

A identificação de gargalos se refere à busca ativa de necessidades de atendimento aos requisitos das diversas instâncias públicas que regem e fiscalizam o funcionamento da escola. O gerenciamento de condicionantes e requisitos deve ser algo rotineiro no dia a dia da escola, garantindo a segurança da comunidade escolar no território e infraestrutura de funcionamento de suas atividades.

A atualização instrumental se refere ao monitoramento de prazos e cláusulas contidas em documentos legais oficiais. A validade instrumental de contratos, licenças, anuências, laudos, certidões de matrícula, alvará de funcionamento e escrituras precisa ser gerida de forma a reduzir a probabilidade e o impacto de riscos técnicos, jurídicos, administrativos e financeiros, garantindo o pleno funcionamento da escola.



Objetivo Geral

O objetivo geral foi realizar a varredura da situação fundiária em escolas, habilitadas e participantes do Programa EMTI em 2022, bem como a elaboração do Plano de Mitigação de Impactos Fundiários, a fim de orientar e incentivar a regularização de escolas de ensino médio.

Objetivos Específicos

Para o alcance do objetivo geral, foi necessário alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Validar o atendimento aos aspectos requeridos para os Planos de Implementação (PLIs) dos estados e do Distrito Federal considerando o que preconiza a quarta Portaria de adesão ao EMTI;
- Identificar as fragilidades, no âmbito do Programa EMTI, diante dos requisitos legais relacionados a questões fundiárias;
- Identificar as necessidades de melhoria da gestão fundiária em escolas do Programa EMTI;
- Obter informações para subsidiar a elaboração do Guia de Gestão Socioambiental e formação para equipes técnicas do MEC e SEEs; e
- Elaborar o Plano de Mitigação de Impactos Fundiários.



Conceitos/Glossário

ITEM	FONTE	TIPOLOGIA	RISCO
Numeração e riscos	Origem do risco, por parte interessada, podendo ser classificada em: MEC, SEE ou ESCOLA.	Enquadramento do risco conforme sua natureza, podendo ser classificada em: documental, infraestrutura, localização, gestão, equipamentos ou financeiro.	Um risco (R) é um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, provocará um efeito positivo ou negativo em um ou mais objetivos do projeto, relacionando probabilidade (P) e impacto (I), sendo: $R = P \times I$
PROBABILIDADE	IMPACTO	POTENCIAL	MEDIDA
Chances do risco se tornar realidade, podendo ser classificada em: quase certa, alta, média, baixa ou rara.	Impacto financeiro, caso o risco se torne realidade, podendo ser classificado em: gravíssimo, grave, médio, leve ou sem.	Enquadramento do risco, relação entre probabilidade e o impacto da matriz, podendo ser classificado em: Extremo, Elevado, Moderado ou Baixo.	O que pode ser feito para mitigar o risco, isto é, reduzir a probabilidade de ocorrência ou reduzir o impacto caso venha a ocorrer.
GATILHO	ESTRATÉGIA	RESPOSTA	ÍCONE
Sinal, sintoma ou processo que dá sensação de que o risco está próximo de se tornar realidade.	Estratégia para resposta ao risco, sendo ele negativo ou positivo. Os negativos podem ser classificados em: eliminar, evitar ou prevenir; transferir; mitigar; ou, aceitar. Os positivos podem ser classificados em: explorar, compartilhar, melhorar ou aceitar.	Ação a ser feita assim que o risco se tornar realidade, sendo uma ação de redução, compensação ou anulação dos incidentes e emergência.	Alguma figura que identifique graficamente o risco.

Conceitos/Gerenciamento

[RISCOS]

Previsão da possibilidade de ocorrência de incidente que será um problema.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

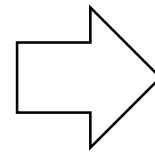
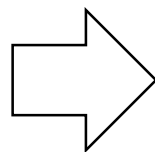
planejar, definir, qualificar, quantificar, responder e atualizar possibilidades de incidentes.

[INCIDENTE]

Ocorrência real da previsão do risco, isto é, já se tornou problema.

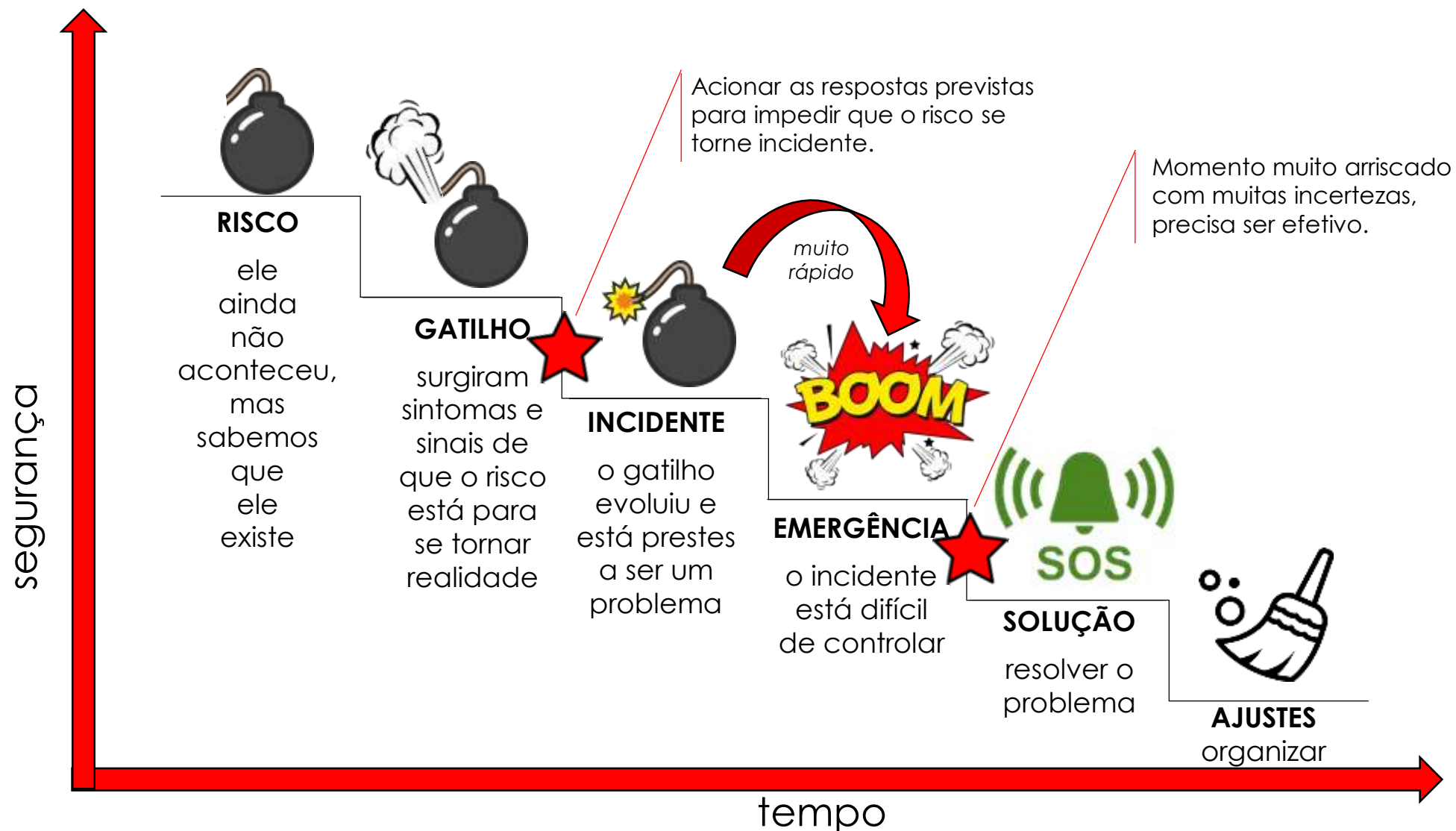
GERENCIAMENTO DE INCIDENTES

executar, resolver e estabilizar o incidente, dando solução ao problema.



Conceitos/Relação: Segurança x Tempo

O quadro abaixo apresenta a relação tipologias para a classificação de riscos relacionados à questão fundiária das escolas de ensino médio:



Conceitos/Estratégias

Diante da identificação dos riscos, sendo **positivo** (que possibilita a geração de benefícios) e **negativo** (que possibilita a geração de dificuldades), há diferentes estratégias que podem ser adotadas:

ESTRATÉGIAS PARA RISCOS POSITIVOS

Explorar

Tenta eliminar a incerteza do risco, fazendo com que a oportunidade surja.

Compartilhar

União entre duas, ou mais, partes interessadas para potencializar os ganhos.

Melhorar

É contrário de mitigar no risco negativo, é aumentar a probabilidade dos impactos positivos pela maximização dos principais acionadores do risco.

Aceitar

Aceitar a oportunidade e colher frutos dela.

ESTRATÉGIAS PARA RISCOS NEGATIVOS

Eliminar, evitar ou prevenir

O plano de gerenciamento do projeto é alterado a fim de resolver a questão do risco.

Transferir

O risco é passado a terceiros (seguro, títulos de desempenho) e, inclusive, a responsabilidade dessas respostas. Essa medida não vai eliminar o risco, mas transferir o impacto, caso realmente ocorra.

Mitigar

São ações que diminuem a probabilidade de ocorrências e seus impactos.

Aceitar

Pela falta de opções viáveis, nenhuma medida é tomada, a não ser no caso da ocorrência real do risco. Na aceitação ativa, será estabelecida uma reserva para contingência. Na aceitação passiva não são planejadas ações, simplesmente a equipe terá que lidar com as consequências à medida que aconteçam.

Metodologia

Para a elaboração do Plano de Mitigação de Impactos Fundiários, foi necessário realizar as seguintes atividades:

- ❑ Identificação de riscos
- ❑ Classificação do risco
 - Tipologia
 - Potencial
- ❑ Definição das estratégias de gestão de riscos
 - Medida
 - Gatilho
 - Resposta
 - Identificação gráfica

Matriz de Riscos

Quadro que relaciona as opções de probabilidade (P) e impacto (I), calibradas de acordo com o assunto de análise de riscos, classificando em riscos: extremos, elevados, moderados ou baixos.

Tipologia

Enquadramento de riscos, conforme sua natureza (“fundiário” para este plano de mitigação), estando classificados em: documental, infraestrutura, localização, gestão, equipamentos ou financeiro.







Quantitativos

Relação de riscos, conforme classificações de tipologia e matriz, gerando a quantidade, por classe, para fins de hierarquização e tomada de decisão.



Metodologia/Tipologia

O quadro abaixo apresenta a relação tipologias para a classificação de riscos relacionados à questão fundiária das escolas de ensino médio:

TIPOLOGIA	DESCRIÇÃO DOS RISCOS E EMERGÊNCIAS	ÍCONE
DOCUMENTAL	Relacionada à busca, reunião e geração de documentos <i>(plantas de projetos de infraestrutura, licenças, alvará, contratos, escritura, matrícula, outros)</i>	
EQUIPAMENTOS	Relacionada à existência de equipamentos de segurança <i>(equipamento de segurança, extintores de incêndio, alarmes, sinalização, outros)</i>	
LOCALIZAÇÃO	Relacionada à localização da escola <i>(zoneamento urbanístico, terreno em uso, endereço de funcionamento, outros)</i>	
GESTÃO	Relacionada ao envolvimento dos gestores educacionais <i>(atuação de Diretores Escolares, Coordenadores e Secretários Estaduais, Gestores Federais, outros)</i>	
INFRAESTRUTURA	Relacionada ao uso de infraestrutura alugada <i>(contratos, concessões, aluguel, empréstimo de edificações escolares de terceiros, outros)</i>	
FINANCEIRO	Relacionada a recursos de capital <i>(recebimento e captação de recursos, reformas e obras preventivas e corretivas, outros)</i>	

Metodologia/Matriz de Riscos

O quadro abaixo apresenta a matriz de riscos, calibrada para análise dos riscos relacionados à questão fundiária das escolas de ensino médio:

RISCO		IMPACTO				
		SEM	LEVE	MÉDIO	GRAVE	GRAVÍSSIMO
PROBABILIDADE	QUASE CERTA					
	ALTA					
	MÉDIA					
	BAIXA					
	RARA					
BAIXO		MODERADO		ELEVADO		EXTREMO

Ações para Gestão de Riscos

Com a aplicação da metodologia, anteriormente apresentada, foi realizada a identificação, classificação, análise, elaboração de sugestões de respostas aos riscos, bem como recomendações de monitoramento e controle referentes à situação fundiária das escolas de ensino médio.

Para isto, foram sugeridas ações de monitoramento e resposta para mitigar, ou seja, reduzir a probabilidade e/ou impacto, caso o risco se torne um fato (problema), conforme listados abaixo:

Medida

O que pode ser feito para mitigar o risco, isto é, reduzir a probabilidade de ocorrência ou reduzir o impacto caso venha a ocorrer.

Gatilho

Sinal, sintoma ou processo que dá sensação de que o risco está próximo de se tornar realidade.


Resposta

Ação a ser executada, assim que o risco se torne realidade, podendo ser: redução, compensação e/ou anulação de riscos.


Sendo assim, nas páginas seguintes, estão as fichas de gestão de riscos dentre as quatro classificações de potencial: extremo, elevado, moderado e baixo.




Riscos Extremos

RISCO	Paralisação da escola, por consequente das aulas, motivada pela irregularidade fundiária.	POTENCIAL	EXTREMO
MEDIDAS	Montar um dossiê de documentos referentes à questão fundiária da escola/Iniciar o processo de regularização fundiária.	PROBABILIDADE	alta
GATILHOS	Surgimento de pessoas insatisfeitas com a localização da escola no terreno em questão.	IMPACTO	gravíssimo
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação do dossiê fundiário da escola/Apresentar a evolução do processo de regularização fundiária.	ÍCONE	


Riscos Extremos

RISCO	Necessidade de desapropriação escolar motivada por irregularidades na localização.	POTENCIAL	EXTREMO
MEDIDAS	Montar um dossiê de documentos referentes à questão fundiária da escola/Iniciar o processo de regularização fundiária.	PROBABILIDADE	quase certa
GATILHOS	Surgimento de obras de interesse social nas proximidades, onde a escola se localiza na área de influência direta desta obra, requisitando sua desapropriação e realocação (ex.: rodovias, linhas de transmissão, dentre outras obras).	IMPACTO	gravíssimo
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação do dossiê fundiário da escola/Negociar os procedimentos de desapropriação e realocação da escola para área devidamente regularizada.	ÍCONE	


Riscos Extremos

RISCO	Necessidade de ocupação da infraestrutura ou terreno de escolas alugadas.	POTENCIAL	EXTREMO
MEDIDAS	Elaborar e/ou revisar contrato de locação, retificando cláusulas frágeis quanto à vigência, garantias, direitos e deveres diante da infraestrutura alugada da escola.	PROBABILIDADE	alta
GATILHOS	Proximidade do término do prazo do contrato e/ou observação de interesses de troca de locatário por questões diversas: econômica, política etc.	IMPACTO	gravíssimo
RESPOSTAS	Identificar oportunidades para realocação da escola para área ou infraestrutura própria para segurança fundiária.	ÍCONE	


Riscos Elevados

RISCO	Dificuldades na gestão de processo de regularização fundiária em escolas localizadas em áreas diferenciadas (terra indígena, remanescente quilombola e assentamento).	POTENCIAL	ELEVADO
MEDIDAS	Solicitar apoio, bem como manter proximidade, dos órgãos responsáveis pela gestão de áreas indiferenciadas, sendo: Incra, Funai e Fundação Cultural Palmares.	PROBABILIDADE	quase certa
GATILHOS	Surgimento de pessoas insatisfeitas com a localização da escola no terreno em questão.	IMPACTO	médio
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação do dossiê fundiário da escola/Apresentar a evolução do processo de regularização fundiária.	ÍCONE	


Riscos Elevados

RISCO	Assunto de irregularidade fundiária escolar se tornar pauta na mídia.	POTENCIAL	ELEVADO
MEDIDAS	Montar um dossiê de documentos referentes à questão fundiária da escola/Iniciar o processo de regularização fundiária.	PROBABILIDADE	média
GATILHOS	Surgimento de casos extremos, envolvendo paralisação de aulas, por irregularidade fundiária escolar.	IMPACTO	gravíssimo
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação do dossiê fundiário da escola/Apresentar a evolução do processo de regularização fundiária.	ÍCONE	


Riscos Elevados

RISCO	Perda de informações fundiárias devido à rotatividade da gestão escolar em seus diferentes níveis organizacionais (escolar, municipal, estadual e/ou federal).	POTENCIAL	ELEVADO
MEDIDAS	Montar um dossiê de documentos referentes à questão fundiária da escola.	PROBABILIDADE	média
GATILHOS	Recorrência de rotatividade de gestores nas diferentes instâncias, principalmente na SEE e na escola, com não priorização de regularização fundiária.	IMPACTO	gravíssimo
RESPOSTAS	Iniciar o processo de regularização fundiária.	ÍCONE	


Riscos Elevados

RISCO	Denúncia por falta de laudo dos bombeiros.	POTENCIAL	ELEVADO
MEDIDAS	Implementar um plano de emergência de incêndio na escola/Iniciar o processo de obtenção do laudo dos bombeiros.	PROBABILIDADE	baixa
GATILHOS	Surgimento de pessoas insatisfeitas com a segurança da escola e da comunidade escolar quanto à falta de ações de segurança contra incêndios.	IMPACTO	grave
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação de implementação do plano de emergências/Apresentar a evolução do processo de obtenção do laudo dos bombeiros.	ÍCONE	


Riscos Elevados

RISCO	Fiscalização, com emissão de notificação, por não existência de laudo dos bombeiros.	POTENCIAL	ELEVADO
MEDIDAS	Implementar um plano de emergência de incêndio na escola/Iniciar o processo de obtenção do laudo dos bombeiros.	PROBABILIDADE	baixa
GATILHOS	Demanda municipal corrente, randômica ou por fragilidades, ou denúncia, de fiscalização de regularização da segurança de infraestrutura.	IMPACTO	grave
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação de implementação do plano de emergências/Apresentar a evolução do processo de obtenção do laudo dos bombeiros.	ÍCONE	

Riscos Elevados

RISCO	Denúncia por falta de equipamentos de combate a incêndios.	POTENCIAL	ELEVADO
MEDIDAS	Implementar um plano de emergência de incêndio na escola/Iniciar o processo de obtenção do laudo dos bombeiros.	PROBABILIDADE	média
GATILHOS	Surgimento de pessoas insatisfeitas com a segurança da escola e da comunidade escolar devido à falta de equipamentos de combate a incêndios.	IMPACTO	gravíssimo
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação de implementação do plano de emergências/Apresentar a evolução do processo de obtenção do laudo dos bombeiros.	ÍCONE	


Riscos Elevados

RISCO	Fiscalização, com emissão de notificação, por não existência de equipamentos de combate a incêndio.	POTENCIAL	ELEVADO
MEDIDAS	Implementar um plano de emergência de incêndio na escola/Iniciar o processo de obtenção do laudo dos bombeiros.	PROBABILIDADE	média
GATILHOS	Demanda municipal corrente, randômica, ou por fragilidades, ou denúncia, de fiscalização de regularização da segurança de infraestrutura.	IMPACTO	gravíssimo
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação de implementação do plano de emergências/Apresentar a evolução do processo de obtenção do laudo dos bombeiros com instalação dos equipamentos de segurança.	ÍCONE	


Riscos Elevados

RISCO	Não ter recurso disponível para reformas/obras corretivas por não ter investido em ações preventivas.	POTENCIAL	ELEVADO
MEDIDAS	Criar uma lista de ações preventivas da infraestrutura escolar, hierarquizar e implementar as reformas necessárias.	PROBABILIDADE	alta
GATILHOS	Identificação de pequenos problemas na infraestrutura escolar.	IMPACTO	médio
RESPOSTAS	Alocação de recursos de programas federais, ou estaduais, para a implementação de ações preventivas, antes da necessidade de ações corretivas.	ÍCONE	\$


Riscos Moderados

RISCO	Denúncia por falta de licenciamento ambiental.	POTENCIAL	MODERADO
MEDIDAS	Desenvolver atividades socioambientais que demonstrem responsabilidade da escola/Iniciar o processo de obtenção da licença de operação.	PROBABILIDADE	baixa
GATILHOS	Surgimento de pessoas insatisfeitas com as atividades socioambientais inadequadas realizadas pela escola.	IMPACTO	médio
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação de ações socioambientais da escola/Apresentar a evolução do processo de obtenção da licença de operação.	ÍCONE	


Riscos Moderados

RISCO	Fiscalização, com emissão de notificação, motivada pela não existência de licença ambiental.	POTENCIAL	MODERADO
MEDIDAS	Desenvolver atividades socioambientais que demonstrem responsabilidade da escola/Iniciar o processo de obtenção da licença de operação.	PROBABILIDADE	baixa
GATILHOS	Demanda municipal corrente, randômica, ou por fragilidades, ou denúncia, de fiscalização de empreendimentos sem licença ambiental.	IMPACTO	médio
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação de ações socioambientais da escola/Apresentar a evolução do processo de obtenção da licença de operação.	ÍCONE	


Riscos Moderados

RISCO	Atraso na aprovação de reformas e obras por não possuir planta do projeto da escola.	POTENCIAL	MODERADO
MEDIDAS	Contratar empresa ou profissional especializado para a elaboração da planta “as built” da escola.	PROBABILIDADE	baixa
GATILHOS	Retrabalho, em obras e reformas, por não saber do projeto hidráulico, elétrico, estrutural, dentre outros da escola.	IMPACTO	médio
RESPOSTAS	Após obtenção da planta “as built”, obter a ciência da SEE, bem como obter as licenças necessárias diante das obras correntes.	ÍCONE	


Riscos Moderados

RISCO	Não priorização de regularização fundiária da escola.	POTENCIAL	MODERADO
MEDIDAS	Apresentação da situação fundiária da escola para a Gestão da SEE, apresentando os riscos em que a escola está enquadrada.	PROBABILIDADE	média
GATILHOS	Falta de apoio e interesse da Gestão da SEE para a montagem do dossiê de documentos referentes à questão fundiária da escola.	IMPACTO	leve
RESPOSTAS	Abertura de processo formal, entre escola e SEE, para a necessidade de regularização fundiária da escola.	ÍCONE	


Riscos Moderados

RISCO	Apoio, em rede, entre escolas que passaram por processos de regularização, apoiando aquelas que decidirem se regularizar.	POTENCIAL	MODERADO
MEDIDAS	Dar visibilidade aos casos de sucesso, em regularização fundiária, como exemplo a ser seguido por outras escolas que passam por problemas similares.	PROBABILIDADE	média
GATILHOS	Identificação de escolas que conseguiram solucionar a situação fundiária com sucesso.	IMPACTO	sem
RESPOSTAS	Fomentar a troca de experiência, na rede nacional, bem como realizar capacitações e publicação do Plano de Mitigação de Impactos Fundiários.	ÍCONE	

Riscos Baixos

RISCO	Denúncia motivada pela falta de documento do imóvel.	POTENCIAL	BAIXO
MEDIDAS	Montar um dossiê de documentos referentes à questão fundiária da escola/Iniciar o processo de regularização fundiária.	PROBABILIDADE	rara
GATILHOS	Surgimento de pessoas insatisfeitas com a localização da escola no terreno em questão.	IMPACTO	leve
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação do dossiê fundiário da escola/Apresentar a evolução do processo de regularização fundiária.	ÍCONE	

Riscos Baixos

RISCO	Fiscalização, com emissão de notificação, motivada por irregularidades na construção da escola.	POTENCIAL	BAIXO
MEDIDAS	Montar um dossiê de documentos referentes à questão fundiária da escola/Iniciar o processo de regularização fundiária.	PROBABILIDADE	rara
GATILHOS	Demanda municipal corrente, randômica, ou por fragilidades, ou denúncia, de fiscalização de imóveis irregulares.	IMPACTO	leve
RESPOSTAS	Apresentar toda a documentação do dossiê fundiário da escola/Apresentar a evolução do processo de regularização fundiária.	ÍCONE	

Resultado/Quantitativos

O quadro abaixo apresenta o quantitativo, por tipologia e potencial de riscos, conforme análise de classificação na matriz e planejamento da gestão de riscos relacionados à questão fundiária das escolas de ensino médio:

RISCOS ELENCADOS		POTENCIAL			
TIPOLOGIA	TOTAL	BAIXO	MODERADO	ELEVADO	EXTREMO
DOCUMENTAL	6	1	3	2	0
EQUIPAMENTOS	2	0	0	2	0
LOCALIZAÇÃO	2	1	0	0	1
GESTÃO	6	0	2	3	1
INFRAESTRUTURA	1	0	0	0	1
FINANCEIRO	1	0	0	1	0
TOTAL	18	2	5	8	3

Conclusão



Diante dos riscos, conforme probabilidades e impactos analisados e discutidos, seguem **sugestões** para a implementação do Plano de Mitigação de Impactos Fundiários:

- Incentivar as SEEs e escolas, bem como dar apoio técnico, para a regularização fundiária das escolas do Programa EMTI;
- Ofertar formação socioambiental, na temática específica fundiária, à profissionais do MEC, SEEs e setores de interesse;
- Dar apoio à Gestão MEC na análise dos dados para hierarquização de ações na temática socioambiental fundiária;
- Aplicar nova pesquisa de varredura fundiária, em período futuro, para verificação do impacto das ações da varredura;
- Incentivar as SEEs, considerando a temática frágil, quanto à situação fundiária, diante da aplicação dos critérios de classificação de regularidade; e
- Dar visibilidade e atenção ao Plano de Mitigação de Impactos Fundiários, para resultar benefícios às SEEs e regularização de escolas com pendências fundiárias.

Como **recomendações** de estratégias de monitoramento e controle de riscos fundiários, é importante:

- Identificar em qual nível de risco a escola está exposta;
- Hierarquizar ações de gestão de riscos fundiários para tomada de decisão em implementações;
- Criar um cronograma, definindo responsáveis, por ação de gestão de riscos fundiários;
- Acompanhar a implementação das ações, verificando as dificuldades e necessidades de mudança de rota, conforme estratégia predefinida;
- Alcançar os resultados esperados, de forma a regularizar a situação fundiária da escola; e
- Trocar experiências, sejam elas exitosas ou não, com outras escolas que se enquadram em situação fundiária similar, a fim de fomentar boas práticas dentro da rede.

Agradecimentos

Agradecemos a todas as instituições, profissionais e redes de ensino médio que colaboraram para a elaboração deste Plano de Mitigação de Impactos Fundiários em Escolas de Ensino Médio.

- Ministério da Educação - MEC
- Secretaria de Educação Básica - SEB
- Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Básica - DPD
- Coordenação-Geral de Ensino Médio - COGEM
- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD
- Unidade de Gestão de Projeto - UGP
- Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação - SEMESP
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
- Fundação Nacional do Índio - FUNAI
- Fundação Cultural Palmares - FCP
- Secretarias Estaduais e Distrital de Ensino Médio - SEE
- Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI

Referências

BIRD – **Environmental and Social System Assessment (ESSA) – Avaliação do Sistema de Gestão Socioambiental - Programa de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio**. World Bank Group. Data: out/2017;

BIRD – **Program Appraisal Documento (PAD) – Documento de Avaliação de Programa** – Empréstimo Proposto no Montante de US\$ 250 Milhões à República Federativa do Brasil para Apoio à Reforma do Ensino Médio. Programa - PforR: US\$ 221 (IBRD 8812-BR) IPF do Projeto: US\$ 29 (IBRD 8813-BR). Relatório nº 121673-BR. World Bank Group. Data: 20/11/2017;

BIRD – **Quadro Ambiental e Social**. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/ Banco Mundial 1818 H Street NW, Washington, DC 20433, 2017;

BRASIL - **Lei Federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017** - Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral;

FINOCCHIO JUNIOR, José. (2013). **Project Model Canvas**. São Paulo: Editora Campus, 2013. [2] Dresselhaus, B. (2011);

INCRA - **Instrução Normativa nº 107**, de 18 de outubro de 2021 - Define critérios e procedimentos administrativos para destinação de bens públicos imóveis, existentes em Projetos de Assentamento de reforma agrária, sob o domínio do Incra ou da União;

MEC – **Termo de Referência** - Contratar consultor(a) individual especialista em gestão socioambiental para assessorar o Ministério da Educação na gestão dos riscos e impactos sociais e ambientais associados à execução do Programa de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio e do Programa de Fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral. Processo nº 23000.004032/2020-3. Secretaria de Educação Básica/ Ministério da Educação – SEB/MEC. Data: 23/09/2020;

MMA - **Instrução Normativa nº 15**, de 18 de maio de 2018 - Dispõe sobre as atividades ou empreendimentos de iniciativa dos povos indígenas em suas próprias terras, ou de iniciativa do Poder Público em terras indígenas cujos beneficiários são as comunidades indígenas, não sujeitos ao licenciamento ambiental; e

PMI. **A Guide to the Project Management Body of Knowledge (PMBOK Guide 7)**. Pennsylvania: PMI, 2021 • ADAMS, John, et al Principles of Project Management.



Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Básica
Coordenação-Geral de Ensino Médio

Telefone: 55+ 61 2022-8305

E-mail: cogem@mec.gov.br

Site: www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio